

SUMÁRIO

Prefácio – LUIZ FLÁVIO GOMES	15
Nota dos Autores à 2. ^a edição.....	19
Nota dos Autores à 1. ^a edição	21

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º	33
1. Ato de improbidade administrativa	33
2. Sujeitos ativos dos atos de improbidade.....	35
3. Sujeitos passivos dos atos de improbidade.....	36
3.1 Administração direta	36
3.2 Administração indireta.....	36
3.3 Entidades beneficiadas	37
3.3.1 Limites à sanção patrimonial na hipótese de entidades beneficiadas ...	38
4. Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257/2001	39
Art. 2.º	41
1. Sujeitos ativos dos atos de improbidade.....	41
2. Agentes públicos	41
3. Agentes políticos	42
3.1 Presidente da República e Ministros de Estado.....	45
3.2 Governadores e seus secretários.....	46
3.3 Prefeitos e seus secretários	46
3.4 Membros do Poder Legislativo.....	47
3.5 Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas	47
4. Ação Direta de Inconstitucionalidade	48
Art. 3.º	51
1. Aplicação das disposições da Lei de Improbidade a terceiros	51
2. Indução ou concorrência para prática de ato de improbidade.....	51
3. Benefício direto ou indireto decorrente da prática de ato de improbidade	52
4. Responsabilidade subjetiva.....	53
5. Responsabilidade solidária	54
6. Litisconsórcio entre os agentes públicos ímprobos e terceiros.....	54

Art. 4.º	57
1. Observância dos princípios da Administração	57
2. Princípio da legalidade	58
3. Princípio da impessoalidade	60
4. Princípio da moralidade	61
5. Princípio da publicidade	62
Art. 5.º	64
1. Lesão ao patrimônio público e o elemento subjetivo	64
2. Ressarcimento integral do dano	66
3. Indenização do dano moral	66
4. Constituição em mora e incidência dos juros moratórios	68
5. Responsabilidade patrimonial	69
6. Responsabilidade solidária	69
7. Destinatário da indenização dos danos	70
8. Imprescritibilidade das ações de reparação de danos	70
9. Ações autônomas para pleno ressarcimento dos danos	71
Art. 6.º	72
1. Enriquecimento ilícito	72
2. Perdimento dos bens ou valores decorrentes do enriquecimento ilícito	72
3. Nexo de causalidade	73
4. Registro de bens do agente público	74
Art. 7.º	75
1. Lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito	75
2. Representação da autoridade administrativa responsável pelo inquérito ao Ministério Público	77
3. <i>Periculum in mora</i> e <i>fumus boni jûris</i>	77
4. Limites da indisponibilidade	78
5. Registro da indisponibilidade e do bloqueio por meio eletrônico	79
6. Indisponibilidade de bens adquiridos antes dos atos de improbidade	79
7. Indisponibilidade de bem de família	80
8. Indisponibilidade sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito	82
9. Indisponibilidade para execução de multa civil	82
10. Indenização dos danos causados pela indisponibilidade patrimonial e excessiva duração do processo	83
11. Sequestro de bens	84
12. Antecipação da tutela na ação de improbidade	86
Art. 8.º	88
1. Falecimento do réu da ação de improbidade	88
2. Sucessor do condenado ao pagamento de indenização, perdimento de bens ou multa civil	88
3. Sentença condenatória transitada em julgado	89
4. Responsabilidade até o limite do valor da herança	89
5. Responsabilidade patrimonial do cônjuge-meeiro	90
6. Habilitação do cônjuge-meeiro e dos herdeiros do falecido réu	90

Capítulo II

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Seção I

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Art. 9.º	92
1. Alguns aspectos dos atos de improbidade previstos no art. 9.º, <i>caput</i> e inciso I.....	93
2. Recebimento de vantagem – aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel – contratação de serviços por valor superior ao de mercado – inciso II, do art. 9.º.....	97
3. Recebimento de vantagem – alienação, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel – fornecimento de serviços por valor inferior ao de mercado – inciso IV, do art. 9.º.....	98
4. Utilização de veículos, máquinas ou equipamentos públicos ou servidores públicos em benefício particular – inciso IV, do art. 9.º	100
5. Recebimento de vantagem ou promessa de vantagem para tolerar a prática de jogos de azar, lenocínio, narcotráfico, contrabando, usura ou outra atividade ilícita – inciso V, do art. 9.º.....	101
6. Recebimento de vantagem econômica para a emissão de declaração falsa sobre medição ou avaliação de obras públicas e serviços ou sobre a quantidade, peso, medida ou características de mercadorias ou bens – inciso VI, do art. 9.º.....	102
7. Enriquecimento ilícito do agente público – inciso VII, do art. 9.º.....	103
8. Aceitar o agente emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por sua ação ou omissão – inciso VIII, do art. 9.º.....	104
9. Receber vantagem econômica para intermediar liberação de verbas públicas – inciso IX, do art. 9.º.....	106
10. Auferir vantagem para omitir ato de ofício, providência ou declaração – inciso X, do art. 9.º.....	107
11. Incorporar o agente público em seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores – inciso XI, do art. 9.º.....	108
12. Uso pelo agente público, em proveito próprio, de bens, rendas, verbas ou valores – inciso XII, do art. 9.º	108

Seção II

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO

Art. 10.	110
1. Alguns aspectos dos atos de improbidade previstos no art. 10, <i>caput</i> e inciso I.....	111
2. Uso por particular de bem público – inciso II, do art. 10.....	114
3. Doação irregular ou ilegal – inciso III, do art. 10.....	115
4. Atuação visando favorecer a permuta ou locação de bens – prestação de serviços – por valor inferior ao de mercado – subfaturamento – inciso IV, do art. 10.....	116
5. Atuação visando favorecer a permuta ou locação de bens – prestação de serviços – por valor superior ao de mercado – superfaturamento – inciso V, do art. 10.....	116

6. Efetivação de operação financeira ilegal – aceitação de garantia insuficiente ou inidônea – inciso VI, do art. 10.....	117
7. Deferimento/concessão de benefício administrativo ou fiscal ilegal – inciso VII, do art. 10.....	118
8. Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente – inciso VIII, do art. 10.º.....	121
9. Ordenar a realização de despesa não autorizada – inciso IX, do art. 10.....	124
10. Negligenciar a arrecadação de tributos e na conservação de bens públicos – inciso X, do art. 10.....	125
11. Liberar verba pública de forma irregular ou atuar para a sua utilização irregular – inciso XI, do art. 10.....	126
12. Permitir o enriquecimento ilícito de terceiros – inciso XII, do art. 10.....	127
13. Permitir o uso, em obra ou serviço particular, de pessoal ou da máquina administrativa – inciso XIII, do art. 10.....	127
14. Celebrar contrato ou outro instrumento visando à prestação de serviços públicos de forma irregular – inciso XIV, do art. 10.....	128
15. Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem prévia dotação orçamentária – inciso XV, do art. 10.....	128

Seção III

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 11.	129
1. Alguns aspectos dos atos de improbidade previstos no art. 11, <i>caput</i> , e inciso I.....	129
2. Retardar ou deixar de praticar ato de ofício – inciso II, do art. 11.....	136
3. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência – proteção ao segredo – inciso III, do art. 11.....	138
4. Negar publicidade aos atos oficiais – inciso IV, do art. 11.....	139
5. Atuar visando frustrar a licitude de Concurso Público – inciso V, do art. 11.....	142
6. Deixar de prestar contas quando há obrigação legal – inciso VI, do art. 11.....	143
7. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço – inciso VII, do art. 11.....	143

Capítulo III

DAS PENAS

Art. 12.....	145
1. As penas da Lei de Improbidade Administrativa – independência das esferas penais, cível e administrativa – aspectos gerais.....	146
2. As penas previstas nos incisos I, II e III, do art. 12.....	150
3. Há possibilidade de condenação por dano moral coletivo?.....	158
4. Extensão do dano – necessidade de razoabilidade e proporcionalidade na aplicação das penas.....	161
5. A incidência do princípio da insignificância no caso de Atos de Improbidade Administrativa.....	164

6. Aspectos envolvendo a “Lei da Ficha Limpa” e a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 30-DF.....	168
---	-----

Capítulo IV

DA DECLARAÇÃO DE BENS

Art. 13.	173
1. Obrigatoriedade da declaração de bens.....	173
2. A publicidade da declaração de bens.....	175
3. Do conteúdo da declaração de bens e sua extensão.....	178
4. Da necessária atualização da declaração de bens e da obrigatoriedade.....	179
5. Punição com pena de demissão do agente público que se recusar a prestar declaração.....	183
6. Possibilidade de substituição da declaração de bens pela Declaração Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.....	185

Capítulo V

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL

Art. 14.	187
1. Direito de representação.....	187
2. Dever de representação (informação).....	189
3. Forma da representação.....	190
4. Representação anônima (apócrifa).....	190
5. Destinatário da representação.....	192
6. Representação à autoridade administrativa.....	193
7. Representação ao Ministério Público.....	194
8. Inquérito civil.....	196
8.1 Previsão legal, conceito, características e legitimidade.....	196
8.2 Forma de instauração.....	200
8.3 Publicidade.....	201
8.4 Contraditório e ampla defesa.....	203
8.5 Medidas contra a instauração do inquérito civil.....	205
8.6 Conflito de atribuições entre Ministérios Públicos.....	206
8.7 Poderes instrutórios no âmbito do inquérito civil.....	207
8.7.1. A impossibilidade de o Ministério Público ter acesso direto a dados protegidos por sigilos bancário.....	209
8.8 Conclusão do inquérito civil.....	211
8.9 Recomendações.....	212
8.10 Termo de ajustamento de conduta.....	213
Art. 15.	217
1. Comissão processante.....	217
2. Contraditório e ampla defesa.....	219
3. Comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas e Ministério Público.....	222

Art. 16.	225
1. Medidas cautelares na ação de improbidade administrativa	225
2. Natureza cautelar e autonomia das medidas cautelares previstas na LIA	227
3. Possibilidade de concessão incidental das medidas cautelares da LIA.....	230
4. Finalidade das medidas cautelares da LIA.....	231
5. Momento da concessão das medidas cautelares da LIA	232
6. Classificação das cautelares previstas na LIA	233
7. Características das cautelares previstas na LIA	235
7.1 Autonomia do processo cautelar antecedente: possibilidade de concessão de tutela cautelar incidental diretamente na ação de improbidade administrativa	235
7.2 Acessoriedade.....	236
7.3 Dupla instrumentalidade.....	236
7.4 Urgência	237
7.5 Sumariedade da cognição.....	237
7.6 Inexistência de coisa julgada, em regra.....	238
7.7 Provisoriedade ou precariedade	240
7.8 Revogabilidade e mutabilidade: possibilidade de substituição por caução.....	240
7.9 Fungibilidade entre cautelares	241
8. Pressupostos, condições da ação e mérito das medidas cautelares previstas na LIA	243
8.1 <i>Fumus boni iuris</i>	244
8.2 <i>Periculum in mora</i>	246
8.3 <i>Periculum in mora</i> inverso: a impossibilidade de constrição sobre a totalidade de bens, em valor excedente ao suposto dano ou sobre bens impenhoráveis	247
9. Cabimento das medidas cautelares da LIA para os atos de improbidade do art. 11 da Lei 8.429/92.....	250
10. O art. 16, <i>caput</i> , da Lei 8.429/92, trata de sequestro ou de arresto?	251
11. Bens que podem ser atingidos pelas cautelares da LIA	252
12. Requisitos formais e procedimentais para o manejo das cautelares da LIA	253
13. Efetivação das medidas cautelares da LIA	256
14. Responsabilidade civil pela efetivação das medidas cautelares da LIA	257
Art. 17.	258
1. Alguns aspectos processuais da Ação de Improbidade Administrativa	259
2. Competência	261
3. Legitimidade ativa	265
4. Impossibilidade de transação, acordo ou conciliação	268
5. Atuação da Fazenda Pública interessada	271
6. Fazenda Pública e o polo da relação jurídico processual	272
7. Ministério Público – parte ou fiscal da ordem jurídica	276
8. Ajuizamento da ação de improbidade administrativa e a prevenção	277
9. Petição inicial – requisitos mínimos.....	278
9.1 Representação anônima (apócrifa).....	279

10. Defesa preliminar e notificação	280
11. Recebimento da inicial, citação do réu, recursos, verificação de inadequação posterior da ação.....	286
12. Depoimentos e inquirições.....	288
13. Algumas considerações sobre os recursos e suas regras.....	288
14. Efeitos dos Recursos e a Ação de Improbidade Administrativa	289
14.1 O preparo recursal, custas e despesas processuais	290
14.2 Honorários advocatícios.....	292
15. Coisa julgada	295
Art. 18.	298
1. Reparação do dano e reversão dos bens ilicitamente obtidos	298
2. Improbidade sem reparação de danos	299
3. Dano moral coletivo	300
4. Sucumbência	301
5. Execução da sentença condenatória.....	303
6. Execução provisória do julgado e a regra do art. 20 da LIA.....	304
7. Destinatário dos valores e bens recuperados.....	305
8. Cadastro nacional de condenados por improbidade administrativa	305

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 19.	308
1. Crime de representação caluniosa.....	308
2. Objetividade Jurídica.....	311
3. Sujeito ativo e passivo	311
4. Conduta típica.....	311
5. Representação apócrifa e responsabilidade penal.....	312
6. Elemento Subjetivo do tipo	313
7. Consumação	314
8. Pena.....	315
9. Responsabilidade civil.....	316
Art. 20.	317
1. Perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e trânsito em julgado....	317
2. O impacto da Lei Complementar 135/2010 (Lei da Ficha Limpa) no art. 20 da Lei 8.429/92, especialmente após o julgamento pelo STF da ADC 30.....	319
3. Alcance da pena de perda da função pública	323
4. Perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por decisão no âmbito administrativo.	324
5. Afastamento cautelar do investigado no curso do processo administrativo ou judicial.....	328
Art. 21.	333
1. Sanções no âmbito da LIA e dependência do elemento anímico	333
2. Sanções no âmbito da LIA e independência da existência de prejuízo	334
3. Sanções no âmbito da LIA e independência do julgamento das contas	336

Art. 22.	338
1. Inquérito policial e procedimento administrativo.....	338
2. Relatório das comissões parlamentares de inquérito	340
3. Auditoria dos Tribunais de Contas.....	341

Capítulo VII
DA PRESCRIÇÃO

Art. 23.	342
1. Prescrição	342
2. O prazo de prescrição da Ação Civil de Improbidade Administrativa	343
3. A discussão sobre a (im)prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário, face à interpretação do art. 37, § 5.º, da Constituição Federal.....	347
4. Interrupção da prescrição	354

Capítulo VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24.	356
1. Eficácia imediata da lei e irretroatividade	356
Art. 25.	359
1. Revogação expressa das Leis que disciplinavam o anterior procedimento de sequestro e perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso do cargo ou função	359
BIBLIOGRAFIA	361